

REIFICAÇÕES DO SOCIAL:

PSICOLOGIAS, MILITARISMO E INDIVIDUALISMOS DO BRASIL ATUAL

RESUMO: Este artigo apresenta reflexões produzidas a partir do estudo etnográfico realizado em uma clínica de equoterapia localizada na região metropolitana da cidade de Belo Horizonte/MG. Tem como objetivo descrever a relação política e ideológica entre o exército brasileiro e uma rede de centros equoterápicos que atende em todo o território nacional. A consonância entre essas instituições e a conjuntura de retrocessos nas políticas públicas de saúde no Brasil atual aponta para práticas e discursos que reificam a noção de social. Ao construir perspectivas cristalizadoras sobre o que é a sociedade, essas instituições acabam corroborando para a propagação de discursos reducionistas e individualistas acerca das políticas públicas de saúde, como se elas pertencessem a um domínio ameaçador e evitável, enquanto as chamadas ações cívico sociais – aquelas ações encampadas como formas voluntaristas e assistencialistas pela força militar e pelos centros de equoterapia – cumprem o papel remediador.

ABSTRACT: *This article presents reflections produced from the ethnographic study carried out in a hippotherapy clinic located in the metropolitan region of Belo Horizonte. It aims to describe the political and ideological relationship between the Brazilian army and a network of hippotherapy centers that serve the entire national territory. The consonance between these institutions and the set of setbacks in public health policies in Brazil today points to practices and discourses that reify the notion of social. By building crystallizing perspectives on what society is, these institutions end up corroborating for the propagation of reductionist and individualist discourses about public health policies, as if they, the policies, belong to a threatening and preventable domain, while the so-called actions civic social – those actions taken as voluntarist and assistentialist forms by the military force and the riding therapy centers – accomplish the remedial role.*

INTRODUÇÃO

As reflexões a seguir nasceram a partir da monografia intitulada *Famílias, terapeutas e cavalos: equoterapia com autistas e a relação humano/animal*¹ e tiveram como objeto de estudo a equoterapia² inserida nos processos contemporâneos de medicalização no Brasil.

Hoje a Organização Mundial da Saúde classifica as Medicinas Complementares como metodologias alternativas e complementares às praticadas tradicionalmente (OMS, 2019). Dessa maneira, as Terapias Assistidas por Animais (tradução de Animal Assisted Therapy – AAT) designam a medicalização complementar que utiliza animais – comumente cachorros, cavalos e gatos – como agentes indispensáveis para algum tratamento médico. Já o autismo, muitas vezes associado às características de comportamentos sociais ou “antissociais”, é definido nos termos médicos como “dificuldade de interação e comunicação Social” (DSM V, 2016).

Para compreender os discursos e práticas em torno do autismo, bem como as noções de *social*, foi aplicado o total de seis entrevistas e conversas em profundidade com os atores envolvidos, sendo: três entrevistas concedidas por diferentes mães de autistas; uma concedida pela terapeuta ocupacional; uma pela fonoaudióloga e outra pela psicóloga. As três últimas integram a equipe profissional da clínica.

O problema de pesquisa discutido na monografia ressurge neste artigo de forma amadurecida e em conversa com o contexto contemporâneo do país, discutindo não apenas uma antropologia da ciência, mas contribuindo para uma análise ampliada desse contexto de alianças entre interesses de comunidades terapêuticas, governos e exército brasileiro.

Para além do recorte analítico sobre o autismo, este artigo versa sobre as perspectivas reificadoras

que falam a respeito das relações entre humanos e animais, direitos humanos, linguagens e inclusão social. Na primeira parte deste texto é apresentado brevemente o conceito de reificação. Conseqüente, a partir de pressupostos etnográficos, são expostos acontecimentos que afetaram os resultados dessa pesquisa de tal forma que, de acordo com Favret-Saada (2005, p. 160), “não implica identificar-se com o ponto de vista nativo, nem aproveitar-se da experiência de campo para exercitar seu narcisismo”.

QUANDO PSICOLOGIAS E MILITARISMOS REIFICAM

Retrocessos e resistências poderiam ser palavras incluídas no título deste texto, porém, assim como a palavra social, essas não se estacionam no seu significado. Elas ganham vida e trajetórias plurivalentes na medida em que se desdobram entre atores sociais e seus respectivos contextos. Aqui, o uso do termo social se faz presente nos discursos terapêuticos, bem como nos militares, ao passo em que essas instituições carregam a palavra “social” como justificativa para suas respectivas ações, corroborando então para a objetificação das relações coletivas, como se elas fossem reificadas em um domínio próprio (LATOURET, 2012).

Um dos principais pensadores das Ciências Sociais e da Economia Política, o alemão Karl Marx, desenvolveu sua teoria sobre o processo de produção do capitalismo industrial. Na obra *O capital* (1975), o autor se valeu, dentre outros tão caros à teoria marxista, do conceito de reificação³. A reificação era uma das formas de alienação do trabalho, sendo definida, de acordo com Marx (1975, p. 82), pelas “relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas”. Nesse sentido, Marx (1975, p. 81) reitera que “uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas”.

Ítalo Cassimiro Costa

Mestrando em Antropologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia (PPGAN) da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

Contato:

<italocassimiro@gmail.com>

Palavras-chave:

Reificar; Social; Psicologia; Individualismo; Militarismo.

Keywords:

Reify; Social; Psychology; Individualism; Militarism.

1 A pesquisa etnográfica apresentada na monografia foi pré-requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais e realizado entre 2017 e 2018 – período em que o Brasil atravessou a passagem do impeachment da presidenta Dilma Rousseff para a ascensão do governo atual. Esse pano de fundo me trouxe inquietações que até hoje não foram respondidas, porém podem subsidiar o dossiê aqui proposto.

2 “A palavra **EQUOTERAPIA**®

foi criada pela ANDE-BRASIL, para caracterizar todas as práticas que utilizem o cavalo com técnicas de equitação e atividades equestres, objetivando a reabilitação e a educação de pessoas com deficiência ou com necessidades especiais”. Ainda pela ANDE “A palavra **EQUOTERAPIA**®

é de propriedade da ANDE-BRASIL, registrada no INPI do Ministério da Indústria e comércio sob o Nº 819392529, registros de marcas, patentes" (Ande Brasil).

3 Nos textos escritos originalmente em alemão, a palavra usada por Karl Marx foi "verdinglichung", que em tradução livre se tornou um sinônimo de objetificação ou coisificação; aquilo que passa a ser visto como um objeto ou coisa.

4 A Ande Brasil (Associação Nacional de Equoterapia) classifica seus centros parceiros como filiados ou agregados, sendo os filiados portadores do selo de maior prestígio.

5 Segundo o site oficial da Ande, seus apoios/alianças são: Governo do Distrito Federal, Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal (CDCA-DF), a Universidade de Brasília (UnB), a Associação de Poupança e Empréstimo (POUPEX, criada e gerida pela Fundação Habitacional do Exército nos termos da Lei nº 6.855, de 1980) e, por último, o Exército Brasileiro.

6 Cidade localizada há um pouco mais de cinquenta quilômetros da capital Belo Horizonte.

7 A razão daquele convite nunca chegou ao meu conhecimento nem ao dos trabalhadores da clínica.

8 No dia 11 de abril de 2019, o governo, que flerta direta e explicitamente com as forças armadas e com as

Já no contexto etnográfico aqui trabalhado, o conceito de reificação pode ser levado a cabo para pensar a respeito da forma como os atores interpretavam o social; como acionavam a palavra para designar coisas específicas do cotidiano. Nesse sentido, o termo ganhou projeções distintas de acordo com cada circunstância e discurso político-científico que presenciei.

A experiência junto às pessoas diagnosticadas com autismo, seus familiares, profissionais da saúde e cavalos utilizados como animais de trabalho terapêutico não se restringiu ao picadeiro onde aconteciam as sessões terapêuticas. Para além dos seus domínios técnicos, os cientistas da clínica atuam em projetos e "ações sociais".

A proprietária da clínica é também uma psicóloga que trabalha na área jurídica como perita e, segundo ela, atua como terapeuta de "emergências e desastres". A clínica é uma das agregadas⁴ à Associação Nacional de Equoterapia (ANDE Brasil) e possui um CNPJ - o que a caracteriza como uma pessoa jurídica. A Ande Brasil se desdobra em todo o território nacional, angariando parcerias⁵ com governos de estado, associações, universidades e, sobretudo, com o Exército Brasileiro. Durante esse processo, em plena conjuntura de retrocessos políticos no Brasil e no mundo, tive a oportunidade de acompanhar algumas trajetórias de vida dentro e fora desta, localizada em Belo Horizonte.

Desde a linguagem científica produzida nos laboratórios, nas práticas clínicas da psicologia, nas intervenções terapêuticas, nos protocolos e laudos psiquiátricos, na comunicação e midiática da ciência, até chegar às experiências e linguagens das forças armadas, do exército brasileiro e dos poderes governamentais, há um movimento provisório de associações novas (LATOUR, 20123). A palavra "social", por exemplo, era frequentemente proferida pelas interlocutoras da clínica para referir sobre o cotidiano das relações escolares, familiares, comportamentais e físico-motoras (que inclui a fala) das pessoas que praticavam as sessões.

Para justificar a necessidade da prática de terapia associada ao processo de socialização daqueles praticantes da sessão, a equoterapia passa a funcionar como uma espécie de pedagogia da vida social. Enquanto isso, a noção de social foi também constantemente encampada pelo exército e seus atores. A seguir, apresento um contexto em que esses usos apareceram durante as relações de campo.

O QUE A EQUOTERAPIA TEM A VER COM O EXÉRCITO?

A priori a resposta para esta pergunta poderia ser "nada!". Porém, ao procurar uma chave analítica a respeito dessas alianças entre instituições científicas e militares, um novo problema de pesquisa me surgiu e, consequentemente, novas perguntas subsidiaram este texto. Para evitar qualquer resposta apressada e pré-concebida é prioridade aqui produzir reflexão sobre uma situação de campo que evidenciou perspectivas cristalizadoras sobre o que é a sociedade.

Durante a realização da pesquisa a clínica foi convidada para participar de uma ação do exército

na cidade de Caeté (MG)⁶. Paralelamente, a psicóloga da clínica convidou todos que de alguma forma estavam envolvidos com as terapias a também participarem da ação social e estarem presentes no estande de exposições que seria disponibilizado para a divulgação do trabalho⁷. Naquela época a pesquisa ainda não pautava as indagações que norteiam o presente artigo, mas agora se torna oportuno refletir sobre a aliança entre aquelas instituições: o que aquela ação social das forças armadas tinha a ver com uma clínica de equoterapia? Seria uma oportunidade para a clínica utilizar os cavalos do exército? Ou seria uma oportunidade para o ele se apresentar para a sociedade com uma imagem renovada? Essas e outras indagações aqui presentes não carecem de respostas imediatas, muito menos valem como conspiração ao relento da polarização política atual. Não obstante, as narrativas a seguir apresentam episódios estreitamente relacionados às questões legais, políticas e científicas dessa terapia e às decisões do governo atual na pasta dos direitos humanos⁸.

As origens das práticas terapêuticas assistidas por cavalos têm sido associadas a países como Irlanda, Alemanha, Itália, França, Suíça, Inglaterra, Estados Unidos e Canadá, que têm como tradição forte a relação com equinos, sobretudo em contextos de guerra, tidos como animais ágeis para corrida e fortes para o combate. Já os agentes políticos dessa tradição no Brasil - e fora daqui - são membros das forças armadas terrestres brasileiras e praticantes do hipismo. Já quando se trata de equoterapia, além de figuras de forças militares⁹, temos diferentes associações e confederações¹⁰ que promovem "práticas equestres" como terapia. Essas Associações geralmente são representadas por terapeutas, fisioterapeutas e psicólogos, como destaca Pavão (2015, p. 25):

"No que se refere particularmente à equoterapia, as primeiras organizações, "Riding for Disable Association" e "North American Riding for the Handicapped Association", foram criadas, respectivamente, na Inglaterra e nos Estados Unidos, ambas no ano de 1969. Esta última, atualmente com o nome Professional Association of Therapeutic Horsemanship International (PATH Intl), abriga cerca de 850 centros filiados ao redor do mundo. Segundo informações disponíveis em seu sítio eletrônico¹⁵, há mais de 4 mil instrutores licenciados e especialistas na área equina, além de contar com mais de 7 mil membros associados. Ainda em seu website, esta associação "ajuda" mais de 58 mil crianças e adultos, incluindo-se cerca de 3 mil militares veteranos e ativos."

A prática terapêutica com o auxílio de equinos foi difundida no Brasil no fim da década de 1980. Desde então, as hípicas, as associações e confederações, clínicas e centros de equoterapia contam com apoios do poder público, do setor privado e com o interesse e presença militar regularmente.

QUANDO O SOCIAL É CONVENIENTE

Era o dia 24 de março de 2018 quando o 12º Batalhão de Infantaria (12BI) do Exército Brasileiro (EB) realizou uma "Ação Cívico Social - ACISO" no

Poliesportivo da cidade de Caeté – localizado em uma praça onde os moradores costumam frequentar corriqueiramente. Na ocasião, aqueles militares foram recrutados com o objetivo de “aproximar o exército da população e também reavivar os nossos valores de civismo, patriotismo, de orgulho pela nossa pátria”, afirmou o Tenente-coronel e comandante do 12º Batalhão de Infantaria à TV Caeté¹¹. A ação foi realizada em parceria com a prefeitura de Caeté (MG), a Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP-MG) e a Polícia Federal (PF). Outras instituições também se fizeram presentes no evento, sendo uma delas a clínica na qual realizei meu trabalho de campo.

Com a praça da cidade tomada por soldados, tenentes, coronéis e uma parte da população local, todos iam de lá para cá em meio aos estandes que expunha equipamentos do exército. Enquanto isso, outra área da mesma praça era preenchida por estruturas de esportes radicais como escalada e rapel – esportes comumente praticados na cidade de Caeté devido à formação geográfica da Serra da Piedade. Entre sorrisos de pessoas posando para as fotos ao lado dos militares e o corre-corre de crianças brincando pela praça, a proprietária da clínica se aproximou de um daqueles homens uniformizados e apresentou a *equipe*: “viemos apresentar nosso trabalho, Sr. Comandante”, cumprimentou-o a psicóloga. “Sejam bem-vindos”, respondeu o comandante.

Naqueles estandes existiam apenas os panfletos da clínica dispostos sobre as mesas e nada mais que poderia eventualmente chamar atenção do público. Ainda assim, a sua presença naquele lugar gerava curiosidade em quem passava: não havia nenhuma exposição material além daqueles e isso era suficiente para que as pessoas parassem pedindo explicações sobre “o que é equoterapia” e até mesmo sobre a importância social das terapias: “a *equo* [gíria] tem um papel social muito importante. Depois de um tempo praticando, nossos pacientes desenvolvem suas habilidades cognitivas e aprendem o convívio social através do contato com o animal”, explicou a psicóloga também em entrevista à TV Caeté.

Em meio a essas e outras distintas interações, quase sempre provocativas, foi preciso repensar o campo de pesquisa e ampliar a perspectiva sobre o significado do termo Ação Cívico Social. Quando Latour (2012) estabelece crítica à Sociologia do social, ele sugere que as relações não devem ser entendidas sob a égide de um domínio próprio da ciência ou recortado da realidade circundante, como se o social fosse um aspecto exclusivamente do humano, como se fosse, segundo Latour (2012, p. 17), “um tipo de material, como se o adjetivo fosse comparável, *grosso modo*, a outros termos como ‘de madeira’, ‘de aço’, ‘biológico’, ‘econômico’, ‘mental’, ‘organizacional’ ou ‘linguístico’”. A partir do autor, além de prioritário, é necessário refletir sobre o termo *social*, mas mais que isso, compreender aqueles atores que proferem o termo.

Na mesma entrevista¹² do Tenente-coronel e comandante da infantaria para a TV Caeté ele reforçou o objetivo voluntarista da ação naquele dia e completou:

“o exército proporciona alguns meios de

apoiar a população de maneira humanitária. Nós disponibilizamos meios de saúde: médicos, dentistas, veterinários, e também meios de entretenimento. Além disso, lanche – que foi disponibilizado pela prefeitura. Nós temos aqui material de montanhismo militar. A Secretaria de Estado de Segurança Pública do estado de Minas Gerais disponibilizou ali posto de identificação de pessoal, então eles estão expedindo carteira de identificação, o RG; e a banda de música.”

Na tentativa de uma aproximação do exército com a população, esse tipo de ação é comumente propiciado pela instituição militar.

Nos estudos de uma Antropologia dos militares realizados por Albertini (2009), ela analisou os diversos braços administrativos presentes nas forças do exército. Com o foco da pesquisa voltado para a atuação do exército longe dos contextos de guerra ou de ditaduras, chamou atenção para os eventos militares que visam autopromover a imagem da instituição. Segundo a autora, mesmo que a instituição faça a distinção entre o mundo militar e o mundo dos civis, a imagem que a população constrói deles é extremamente importante para a corporação: as armas são fundamentais, pilares do Exército brasileiro, mas a imagem é o maior patrimônio deles (ALBERTINI, 2009).

Ainda segundo a autora, essas ações sociais do exército corroboram para que a distinção entre os mundos dos civis e mundo dos militares aconteça sem causar repulsa da população, ao ponto em que, de acordo com Albertini (2009, p. 79-80), “as relações militares-civis são tratadas como uma questão central e estratégica – de presenças e dissuasão – pela força terrestre, e vêm ocupando um lugar cada vez maior nas missões e ações (operacionais e administrativas) organizadas pelos militares”.

Os efeitos da autopromoção dessa imagem social das forças armadas são inumeráveis, porém, um deles se destaca e é nesse momento que a clínica de equoterapia entra: a clínica se promovendo como uma instituição credenciada pelo exército e, em troca, ele se promovendo com a presença de uma clínica que propicia a inclusão das pessoas, sem discriminação. Dessa forma, desempenha um papel de solidariedade sem precisar de maiores esforços, contando com o esforço da clínica, e a clínica desfruta de uma imagem respaldada pelas forças armadas.

LEGITIMANDO O SOCIAL

A conveniência do termo “social” serve então para analisar dois fatores distintos: o primeiro se caracteriza pelas ações voltadas para a população com o intuito de estabelecer uma troca entre militares e não-militares¹³. Já o segundo aspecto diz respeito a outros usos do termo como instrumento jurídico na garantia ou expropriação de direitos.

Em outro contexto, o *social* ganha certo enquadramento jurídico. Em maio de 2019 um projeto de lei de autoria do senador Flávio Arns (PSDB) foi aprovado pelo Senado, seguiu para a Câmara dos deputados e foi sancionado pelo presidente da república. A lei pretende regulamentar a prática das sessões terapêuticas exigindo que os profissionais

igrejas neopentecostais, decretou a extinção do arranjo participativo de conselhos, comitês, comissões, fóruns, grupos, juntas e equipes que pautam questões dos direitos humanos e inclusão social (como, por exemplo, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE, criado em 1999), em detrimento da criação de novas diretrizes, como diz Brasil (2019, p. 01): “Este Decreto extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.” (BRASIL, Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019).

9 Sobre o militarismo presente nesse contexto, ver reportagem da revista *Época* que trás na capa o General Mourão (vice-presidente da república atual) e sua relação com as atividades equestres: “O vice-presidente eleito e general da reserva Hamilton Mourão, aos 65 anos, diz que pretende continuar rotina de equitação e volêi de praia.” (reportagem da revista *Época* - 12/11/2018).

10 No Brasil, temos no mínimo duas associações que promovem atividades e terapias assistidas com equinos. A Ande – Associação Nacional de Equoterapia, citada acima, e a Abre – Associação Brasileira de Reabilitação Equestre. Em outros países há uma atuação mais pioneira de outras associações nesse sentido: A *Eagala* e a *Path Intl* – Professional Association of Therapeutic Horsemanship

International (EUA); ISES – International Society for Equitation Science (Canadá); Anire – ASS. NE Nazionale Italiana Riabilitazione Equestre (Itália); AEBC – Australian Equine Behaviour Centre (Austrália); Efeta – Equine Facilitated Education and Therapy Association (Irlanda); DKThR – Deutsche Kuratorium für Therapeutisches Reiten e.V. (Alemanha) dentre várias outras organizações espalhadas pelo mundo.

11 Vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=N5E79kB-A8g>> – Acessado em 28 abr. 2019.

12 Essa entrevista se encontra pública no canal do YouTube da TV Caeté, como já referenciado anteriormente.

13 Essas ações são propagadas pela própria corporação como sinônimo de atuação social.

14 A matéria foi reproduzida pela TV Senado e pode ser assistida no link <https://www.senado.leg.br/noticias/TV/Video.asp?v=453837> – Acessado em 29 de abril de 2019.

15 Em especial, essa interlocutora me ensinou muito sobre autismo. Além de se apresentar como uma exímia estudiosa do tema, ela é militante da causa e membro da Associação Brasileira Para Ação Por Direitos Das Pessoas Com Autismo (ABRAÇA).

de atendimento tenham formação no curso específico de equoterapia e que elaborem, de acordo com Brasil (2019, online), “programas individualizados, em conformidade com as necessidades e potencialidades do praticante”, para que só assim a intervenção médica seja reconhecida como: método de reabilitação que utiliza o cavalo em abordagem interdisciplinar nas áreas de saúde, educação e equitação voltada ao desenvolvimento biopsicossocial da pessoa com deficiência (BRASIL, 2019).

O esforço para tornar a equoterapia um método legitimado foi coletivo, mas, como será abordado adiante, nem sempre as pessoas que procuram a terapia estão atrás de soluções para os problemas coletivos do país. Com a aprovação do exército e agora com a de uma legislação que regulamenta o uso da prática, a clínica – particular – encontra-se em um mar de oportunidades de *business*, articulada diretamente com o exército e, agora, com o Estado brasileiro. No discurso proferido por um dos senadores da casa na ocasião de discussão da matéria, o parlamentar chegou a defender que a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) precisa “agilizar os processos” para que a técnica alternativa possa ser praticada sem muita fiscalização. Outra parlamentar chegou a dizer que “isso não é uma inovação, isso não é uma moda. Isso é uma terapia que deu certo”, afirmou a senadora Rose de Freitas (PODE). Seguida de outras declarações¹⁴ – todas favoráveis ao projeto – a proposta abre caminhos para articulações de mercado, porém, mais do que isso, torna também incentivadora da procura por terapias uma vez que o aval científico é acompanhado pela articulação política e legal.

MILITÂNCIA E RESISTÊNCIA

De maneira paradoxal, o mesmo cenário político que muitas vezes é reificado – pelos próprios interlocutores dos quais tive contato – agora toma conta da realidade de cada uma daquelas pessoas, mostrando que as terapias produzem efeitos éticos que operam com forças plurivalentes que ultrapassam premissas individualistas, militares, jurídicas e biomédicas.

Num certo dia, durante a sessão de equoterapia com seu filho, uma mãe me reportou sobre o uma proposta de Projeto de Lei – dessa vez em âmbito municipal – que não chegou a ser tramitada na Câmara Municipal de Belo Horizonte, mas como ela mesmo me disse, foi discutido em audiências públicas nas quais ela esteve presente. A proposta, vinda de vereadores e não da sociedade civil, era regulamentar juridicamente o “diagnóstico precoce” do autismo, dando margens para ele acontecer em qualquer momento da vida – podendo ser até mesmo durante a gestação – sem especificar períodos. No Art 1º, a tentativa era instituir o “Programa de Reabilitação de Deficiência Intelectual e do Transtorno do Espectro do Autismo” através do Programa de Intervenção Precoce Avançado e dos Serviços Especializados de Reabilitação em Deficiência Intelectual (SERDI) no âmbito do Município de Belo Horizonte”. Já no Art. 2º o objetivo era, como demonstra o texto da Proposta de Lei,

“Proporcionar e incentivar o acompanhamento dos neonatos de risco (NR); II – Realizar diagnóstico precoce; III – Promover a Inter-

venção Precoce (IP) nos pacientes onde haja detecção de possibilidade de grau autista e ou, deficiência intelectual; IV– Prevenir agravos, melhorar o prognóstico e a qualidade de vida das pessoas com transtorno do espectro autista e com deficiência intelectual; V– Capacitar os profissionais da rede pública e qualificar os atendimentos em saúde, através de supervisões presenciais ou à distância, individuais ou em grupos, além de cursos, palestras e seminários. VI– Estabelecer parcerias com instituições e empresas visando à inclusão das pessoas com Deficiência Intelectual e as com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) no mercado de trabalho; VII– promover o uso de tecnologias assistivas para habilitação/reabilitação dos usuários; VIII– estimular a realização de estudos e pesquisas na área da Deficiência Intelectual e Transtorno do Espectro do Autismo. VI – Capacitar e orientar os pais e familiares. ”

Ao analisar de perto cada proposta do trecho acima e do ponto de vista ético é possível notar que educação, trabalho, família, ciência e tecnologia são exemplos de dispositivos sociais e de interação que podem ganhar atribuições e significados muito discrepantes do que se espera pelas outras partes.

A mesma interlocutora¹⁵ que me apresentou essa proposta de projeto é também um exemplo de resistência que podemos trazer aqui. Integrante do grupo que milita em prol do autismo e da inclusão, ela se destacou por ser politizada, de pensamento progressista e que sempre está conectando sua realidade familiar com a conjuntura política. Ela acompanha audiências públicas sobre o autismo. Peregrina de médico em médico fazendo um mapeamento de diagnósticos tentando encontrar contradições científicas e, além disso, atualmente faz acompanhamento médico para quiçá ser diagnosticada também como autista. O curioso é que se destaca na clínica pela sua militância, sua preocupação com as ações terapêuticas e está sempre intervindo no papel das terapeutas e dando orientações de como “conhecer o seu filho”.

PROBLEMAS COLETIVOS, SOLUÇÕES INDIVIDUAIS

Seguindo as discrepâncias em campo, existe um exemplo oposto. Uma mãe de uma praticante de equoterapia se apresentou como uma “mãezona”. Carrega a filha para todos os lados e a acompanha enquanto corre pelo quintal da clínica: “faço de tudo para ela. Ela é meu xodó”. Ao ser questionada sobre os direitos de deficientes e se aciona alguma lei para o tratamento, ela afirmou não acompanhar muito essas coisas, “é muita confusão e nunca entendo nada dessas leis”, afirmou aquela mãe a respeito da dificuldade em entender o léxico jurídico. Continuando a conversa ela chegou a afirmar que “a sociedade é muito complicada. Essas coisas de lei, de político é puro jogo de interesse. Eu não tenho tempo para isso não”. Eis o que pode ser um exemplo emblemático de reificação, isto é, da *coisificação*, sem o aval jurídico ou uma ação militar.

Para algumas mães o que importa não é discutir teorias sociológicas sobre o social. Para elas, esse é sinônimo de aceitação “da sociedade” para com

seus filhos. Na escola, na família, no ônibus, na clínica, em todos esses lugares, eles não são tratados com o mesmo respeito que elas muitas vezes. Por outro lado, a clínica e o exército brasileiro procuram propiciar momentos e espaços em que os descasos relatados pelas mães não aconteçam. No entanto, o assistencialismo encampado pelas instituições militares é de cunho voluntário e não tem o objetivo de produzir críticas ou desconstruir problemas sociais como a segregação e o preconceito pelos quais aqueles corpos passam em outros momentos da vida. Em meio ao período pelo qual atravessava o país naquele momento, a tarefa de cuidar e mitigar a segregação e o preconceito era imputada à clínica, enquanto o voluntarismo das forças armadas estava responsável pelo altruísmo.

Em *Microfísica do Poder*, Michel Foucault (1989) entende esse processo de disciplinarização dos corpos como foco de processos de individualização ao ser investido pelos saberes da economia, biologia, psiquiatria, medicina e criminologia. Esses estariam então a serviço da instituição do Estado, produzindo efeitos e formas precisas de governança. A população serve tanto como fonte das ações, quanto como destinatárias das ações do Estado, de acordo com Foucault (1989, p. 84),

“Pois se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande super-ego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo – como se começa a conhecer – e também a nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz. Se foi possível constituir um saber sobre o corpo, foi através de um conjunto de disciplinas militares e escolares. E a partir de um poder sobre o corpo que foi possível um saber fisiológico, orgânico.”

No diálogo com Alexandre Fontana, quando o autor supracitado foi perguntado sobre as transformações que traçaram a respeito do conceito de loucura, ele ressaltou o papel da ciência como marca legítima dos novos regimes de tutela que, diferentemente da banalização do suplício que se praticava na idade clássica, passou a ter um cuidado com aqueles corpos onde, de acordo com Foucault (1989, p. 05),

“numa ciência como a medicina, por exemplo, até o fim do século XVIII, temos um certo tipo de discurso cujas lentas transformações – 25, 30 anos – romperam não somente com as proposições ‘verdadeiras’ que até então puderam ser formuladas, mas, mais profundamente, com as maneiras de falar e de ver, com todo o conjunto das práticas que serviam de suporte à medicina. Não são simplesmente novas descobertas; é um novo ‘regime’ no discurso e no saber, e isto ocorreu em poucos anos.”

REIFICANDO TERMOS, MEDICALIZANDO CORPOS

Se fizermos um pequeno levantamento das siglas partidárias do Brasil, notamos que pelo menos cinco¹⁶ delas carregam a palavra *social* no nome. O

que seria da reputação de qualquer político que não a proferir em seu discurso? De que seriam feitos os partidos se não carregassem pelo menos uma alusão ao que nós chamamos de social? Nesse sentido, Latour (2007, p. 44) esboçou argumentos que soam plausíveis quando ele entende que as palavras não são apenas formulações orais, mas são também movimento:

“Através da materialidade dos instrumentos da linguagem, as palavras finalmente transportam mundos. O que dizemos, sentimos e fazemos é desencadeado por diferenças registradas no mundo. A semelhança não é o único meio de incorporar mundos nas palavras – como se prova pelo facto de a palavra violeta não cheirar a violeta, ou de a palavra «cão» não ladrar –, embora isto não signifique que as palavras parem arbitrariamente sobre um mundo indizível de objetos. Além do mimetismo, a linguagem dispõe de vastíssimos recursos para se fixar na realidade. Ao contrário do famoso enunciado de Wittgenstein (que, nessa ocasião, devia ter-se remetido ao silêncio), o que não pode ser dito pode ser articulado.”

Dessa forma, as palavras são proferidas por meio de diferentes mundos. Transportadas a cargo de distintas interpretações. Sujeitas a qualquer tipo de classificação moral, as palavras convencionam uma ou mais interpretação da realidade: em lugar de ser vista por uma diversidade de olhos, mantendo-se intocada no centro, a realidade é manipulada por meio de vários instrumentos, no curso de uma série de diferentes práticas (MOL, 2007).

Esta pluralidade de entendimentos sobre o *social* pode ser pensada em diálogo com a argumentação da autora supracitada de que a realidade que os corpos habitam é múltipla e constituída no interior de ontologias políticas que se chocam de formas complexas, como afirma Mol (2007, p. 15): “o que a ‘multiplicidade’ implica é que embora as realidades possam ocasionalmente colidir umas com as outras, noutras alturas as várias performances de um objeto podem colaborar e mesmo depender umas das outras”.

No governo atual, a primeira dama Michelle Bolsonaro é conhecida como uma agente das causas sociais. Sai em defesa de políticas públicas voltadas para deficientes e possui conhecimentos de Libras. Porém, é notório que a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (uma pasta do Ministério da Educação), por exemplo, vem sendo colocada em xeque: comprometimento este que vem acompanhado das políticas de austeridade. Em fevereiro de 2019, departamento de saúde mental, álcool e drogas do Ministério da Saúde sugeriu a eletroconvulsoterapia (ECT) como método terapêutico, recomendado, de acordo com o Ministério da Saúde (2019), “quando se trata de oferta de tratamento efetivo aos pacientes com transtornos mentais, há que se buscar oferecer no SUS a disponibilização do melhor aparato terapêutico para a população. Como exemplo, há a eletroconvulsoterapia”.

A nota despertou a resistência de pessoas que se mobilizaram pelo país inteiro para se posicionarem contra a recomendação por reconhecerem a

16 Partido Social Liberal (PSL), Partido Social Cristão (PSC), Partido Social Democrático (PSD), Partido Republicano da Ordem Social (PROS) e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

prática como tipo de tortura, já que induz à convulsão compulsória. Ligada à Reforma Sanitária Brasileira, a luta antimanicomial, por exemplo, é uma frente cunhada por profissionais da área de saúde mental e serviço social junto com familiares e pessoas consideradas deficientes que intuem quebrar o paradigma patológico da psiquiatria da época. O movimento luta principalmente contra as lobotomias e as internações compulsórias.

Uma personagem fundamental para o aparecimento de uma alternativa terapêutica para os chamados *deficientes* no Brasil é a psiquiatra Nise da Silveira. Como conta Magaldi (2018) na sua tese de doutorado trazendo uma genealogia da Psiquiatria rebelde de Nise, a médica apresentava uma crítica aos próprios companheiros de trabalho da medicina. Ela ficou conhecida como aquela que introduziu a afetividade como recurso terapêutico junto aos “pacientes” (que ela mesma preferia chamar de “clientes”) do hospital em que trabalhava. Era veementemente contra a lobotomia, eletrochoques e camisas de força como métodos terapêuticos e em alternativa a isso introduziu os animais, as plantas e a arte como mediadores das terapias. De acordo com Magaldi (2018, p. 176),

“Fazia-se ainda presente na relação com os animais, em especial os cães e os gatos, que circundavam os espaços pelos quais a psiquiatra passava, na condição de co-terapeutas no ambiente na criação. Este fator também causava incômodo entre seus colegas médicos, que chegaram a denunciar a psiquiatra ao Instituto de Veterinária, para que os animais fossem expulsos. O caso culminou na trágica matança dos animais.”

No ano passado o Ministério Público Federal instaurou um inquérito para investigar as condições dos internos de uma comunidade terapêutica chamada de Central de Tratamento Para Alcoólicos e Dependentes Químicos - CENTRADEQ, constatando que na entidade, segundo o Ministério Público Federal (2018, p. 1), “encontravam-se pessoas em internação voluntária (com o consentimento do usuário), involuntária (sem seu consentimento ou a pedido de terceiro) e compulsória (determinada judicialmente)”. O inquérito ainda continha denúncias de, segundo o Ministério Público Federal (2018, p. 2), “existência de ex-internos/pacientes exercendo atividades laborais, pretensamente na condição de voluntariedade, sem que lhes fossem garantidos os direitos trabalhistas”.

Esses episódios e outros são claros exemplos de como as clínicas terapêuticas, seja qual for a natureza delas, funcionam como plataforma de articulação política e econômica. Segundo o Instituto de Pesquisa Aplicada – IPEA (2017), no Brasil as comunidades terapêuticas estão concentradas na região sul e sudeste. Só em São Paulo são 420 comunidades. Em Minas Gerais, 245. Já a região sul concentra 510 desses centros. Esse número representa aquelas voltadas para as políticas sobre Drogas, todas essas ligadas à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad). Desde 2011 essa financia tais comunidades de acordo com as ordens judiciais que garantem o direito ao tratamento pago pelo governo. Ainda segundo o Ipea (2017, p. 23), “a disciplina consiste em um dos pilares do modelo das CTs, uma

vez que os sujeitos ali internados são percebidos e representados como pessoas desregradas e indisciplinadas.”

Práticas de confinamentos, internações forçadas e métodos violentos, como no caso do CENTRADEQ, eram legitimadas pelo Estado brasileiro, mas no início do século XX. No livro *Holocausto Brasileiro*, de Daniela Arbex (2017), a jornalista reuniu uma gama de documentos e fotos que conta a história dos manicômios brasileiros da época. O Hospital Colônia de Barbacena chegou a ser comparado com um campo de concentração nazista em função do genocídio, da violência e desumanidade pelas quais as pessoas passavam, da violação de direitos e do controle populacional baseado no racismo e xenofobia. Hospitais como Galba Veloso e Raul Soares também chegaram a obter milhares de internos sob essas condições. Depois de muitas denúncias feitas pelas famílias de pessoas internadas, assim como por figuras como os psiquiatras Ronaldo Simões Coelho, Franco Basaglia, Nise da Silveira, Pedro Gabriel Delgado e seu irmão sociólogo, Paulo Delgado, a reforma psiquiátrica passou a integrar a agenda do congresso brasileiro e da ciência, abrindo espaço para outras formas de tratamento terapêutico. Em 1989, o projeto de Lei 3.657 (proposto por Paulo Delgado) objetivava a extinção progressiva dos manicômios do Brasil. De acordo com Arbex (2017, p. 225),

“A necessidade de uma lei que regulamentasse a saúde mental e impusesse um novo rumo para que a reforma psiquiátrica nascente encontrou terreno fértil nos movimentos sociais e de saúde mineiros, que já haviam deflagrado a mobilização pela reformulação no setor. Mesmo enfrentando resistência entre a classe médica, famílias de doentes e colegas parlamentares, Delgado conseguiu aprovar seu projeto, em 1990, na Câmara dos Deputados, por meio do acordo de lideranças, constituindo-se na primeira lei de desospitalização em discussão no parlamento latino-americano.”

Hoje, as chamadas terapias alternativas ocupam um espaço que antes foi preenchido pelos manicômios, mas para esse caminho ser percorrido muita reforma teve que ser feita. Após muitas denúncias de genocídio e tortura, esses espaços sofreram desmonte e agora são preenchidos de assistencialismo e voluntarismo. Com forças variáveis que crescem a cada vez mais, aquelas fazem parte dos feitos científicos enquanto uma medicalização contemporânea que preconiza o *social* de uma maneira peculiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Obstinado em apresentar o paralelo entre episódios políticos da conjuntura atual e uma situação de campo vivida em plena eferescência dos paradigmas conservadores, pretendi neste texto evidenciar a articulação de várias frentes de poder que mobilizam e oportunizam as potenciais linguagens para sustentar ideologias individualistas. Alianças entre instituições científicas e militares podem não ser inéditas, mas as formas com que isso ocorre precisa de um pouco mais de atenção em tempos de crise conservadora e políticas neoliberais. Será mesmo que a *psique*, enquanto categoria psicológica, pode

ser acionada como um produto de troca? Em termos marxistas, a reificação acontece quando ela é vista como uma relação material entre pessoas ou como uma relação social entre coisas (MARX, 1975).

Sem maiores pretensões, o objetivo foi apresentar a consonância entre as práticas dessas instituições e a conjuntura de retrocessos. Ao construir uma abstração sobre a “sociedade em geral”, algumas instituições caem na armadilha de reificar as relações, colocando-as de fora do domínio do indivíduo, como se a “sociedade” fosse um domínio ameaçador com o qual não possuímos conexões estreitas.

Foram trazidos neste texto alguns episódios entendidos aqui como retrocessos, sobretudo pela nota técnica emitida pelo Ministério da Saúde em que se resgata e encoraja o uso de métodos terapêuticos abandonados e recusados pela comunidade médica e extintos por determinação legal. Em outra direção, algumas clínicas terapêuticas e outras instituições do Estado buscam outra saída para o problema da segregação se munindo de “aspectos sociais” e da prática científica para ressignificar a medicalização dos corpos na contemporaneidade.

Como eixo principal, este texto apresentou a associação entre o exército brasileiro e uma rede de centros equoterápicos que atende em todo o território nacional. Como resultado dessa aliança, a clínica passa a se promover como uma instituição respaldada pelo poder militar e, em contrapartida, o militarismo se dissocia de qualquer imagem repressora e de belicosidade violenta. Por isso, a presença da clínica naquele momento contribuía para que o exército se associasse a uma instituição que promove a saúde e o bem-estar das pessoas. Uma clínica de equoterapia não desempenha a mesma função que as forças armadas. Pelo contrário, realiza suas ações com intuito de proporcionar os benefícios da técnica e “preparar os praticantes para o convívio social”, como me contou uma das terapeutas durante uma sessão com uma criança diagnosticada

com autismo. Por isso, quem passava pelo local se deparava com a *ação social* do exército como algo que pouco – ou nada – tinha a ver com o histórico de repressão bélica da instituição.

A imagem assistencialista vendida nos telejornais e nas declarações proferidas pelos governantes só podem ser sustentadas se foram associadas com outras frentes de atuação. Quando a política é demonizada, o que entra no lugar dela? As *Ações Cívico Sociais* se mostraram insuficientes e incapazes de atender as demandas da população em escala longitudinal ao longo prazo. Paradoxalmente, uma intervenção terapêutica tem o indivíduo como foco, mas o resultado da intervenção, muitas vezes, é propagado e dissuadido coletivamente. Dessa forma, essas ações acabam construindo um imaginário despolitizado, levando ao individualismo exacerbado e narcísico, evitando o debate crítico e construtivo sobre os desafios dos nossos tempos.

Quando se ressignifica um termo ou se cria outro para demarcar os mesmos limites de um século passado, qual é a mudança de paradigma que está presente aí? Nesse sentido, as terapias alternativas como zooterapia e arteterapia oferecem possibilidades alternativas de associação e ultrapassam a lógica da resiliência individualista e ganha modos de fazer coletivos.

Já os usos da noção de social nos discursos e práticas daquela ação militar em específico reificam tanto as relações quanto seus resultados, perdendo de vista os pontos de contato que formam aquilo que chamamos de sociedade. Evocando e reivindicando um estado metafísico, fantasioso, como se, dessa forma e somente por meio dela, fossemos capazes de vivenciar nossos problemas. A ascensão provisória de um governo conservador só pode existir enquanto efeito de associações e, como todas, ela pode ser desfeita ou refeita. O individualismo é produto de relações em movimento e não de isolamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AÇÃO Cívico Social (ACISO) em Caeté. Imagens: Juliana Carvalho. Edição: Ana Luiza Oliveira. Caeté: TV Caeté. 2018. Vídeo disponível na plataforma Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=N5E79kB-A8g>>. Acessado em 19 de junho de 2020.

ALBERTINI, Lauriani. (2009). “O Exército e os Outros”, in C. CASTRO & P. LEIRNER (orgs.). *Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo*. Rio de Janeiro, FGV, v. 1.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. (2016). *Suplemento del Manual Diagnóstico y Estadístico de transtornos Mentales*. 5ª edición.

ARBEX, Daniela. (2017). *Holocausto Brasileiro*. 19ª edição. São Paulo. Geração Editorial.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EQUOTERAPIA. <<http://equoterapia.org.br>>. Acessado em 19 de junho de 2020.

BRASIL. (2019). Decreto nº 9.759 de 11 de abril de 2019. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, 11 abr. 2019. 32 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm>. Acessado em 14 de março de 2020.

BRASIL. (2010). Congresso Nacional. Projeto de lei Lei nº 264 de 4 de novembro de 2010. Regula a prática da equoterapia, como todo o método terapêutico e educacional que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem interdisciplinar, nas áreas da saúde, educação e equitação, buscando o desenvolvimento biopsicossocial da pessoa com deficiência. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/98258>>. Acessado em 14 de março de 2020.

BRASIL. (1989). Congresso Nacional. Projeto de Lei nº 3.657 de 12 de setembro de 1989. Dispõe sobre a extinção progressiva dos manicomios e sua substituição por outros recursos assistenciais e regulamenta a internação psiquiátrica compulsória. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=20004>>. Acessado em 14 de março de 2020.

FAVRET-SAADA, Jeanne. (2005). “‘Ser afetado’, de Jeanne Favret-Saada”. *Cadernos de Campo*, 13,13: 155-161. Tradução de Paula Siqueira. Revisão de Tânia Stolze Lima. 8: p. 3-9.

FOUCAULT, Michel. (1989). *Microfísica do poder*. 8ª edição, Rio de Janeiro, Graal.

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA (IPEA). (2017). *Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia*

(DIEST). Nº 21: Nota técnica: perfil das comunidades terapêuticas brasileiras. Brasília: Livraria Ipea. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/imagens/stories/PDFs/nota_tecnica/20170418_nt21.pdf>. Acessado em 19 de junho de 2020.

LATOUR, Bruno. (2007). "Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre a ciência". Tradução de Gonçalo Praça, in J. A. NUNES & R. ROQUE (orgs.), *Objectos impuros: experiências em estudos sociais da ciência*. Porto. Edições Afrontamento.

_____ (2012). *Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-rede*. Salvador, Edufba; Bauru, Edusc, 2012.

MAGALDI, Felipe Sales. (2018). *A Unidade das Coisas Nise da Silveira e a genealogia de uma psiquiatria rebelde no Rio de Janeiro, Brasil*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MARX, Karl. (1975). *O capital: crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital*. Tradução de Reginaldo Sant'ana. 3ª edição. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. (2019). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Coordenação-Geral de Saúde Mental, Alcool e Outras Drogas. Nº 11/2019. Nota técnica nº 11/2019 - CGMAD/DAPES/SAS/MS. Brasília, 2019. 32 p. Disponível em: <<http://pbpd.org.br/wp-content/uploads/2019/02/0656ad6e.pdf>>. Acessado em 19 de junho de 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. (2018). Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais. Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão. Nº 345/2018. *Portaria PRMG/PRDC/HMS nº 345/2018: instauração de inquérito civil*. Belo Horizonte, 2018.

MOL, Annemarie. (2007). "Política ontológica. Algumas ideias e várias perguntas". Tradução de Gonçalo Praça, in J. A. NUNES & R. ROQUE (orgs.), *Objectos impuros. Experiências em estudos sociais da ciência*. Porto. Edições Afrontamento.

PAVÃO, Luna. (2015). 'O que é que cavalo sabe': um estudo antropológico sobre o vínculo animal-humano na equoterapia. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos.

VAI à sanção regulamentação da equoterapia como método terapêutico e educacional. Imagens: TV Senado. Brasília: TV Senado, 2019. Vídeo público que registra as falas proferidas por alguns senadores à favor do projeto de lei em questão. Disponível em: <<https://www.senado.leg.br/noticias/TV/Video.asp?v=453837>>. Acessado em 19 de junho de 2020.



RECEBIDO em 1 de maio de 2019.
APROVADO em 19 de Junho de 2020.